

DA CRISE AMBIENTAL E DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Boisbaudran O. Imperiano

Presidente da Academia Paraibana de Direito

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a influência do homem na natureza era limitada e este submetia-se ao “autogoverno” da natureza. Com o aumento da densidade populacional, civilizações foram surgindo e aperfeiçoando tecnologias, o homem quebrou esta regra e começou a provocar modificações e impactos profundos no sistema do meio ambiente. Porém, muitas vezes esses impactos chegaram e, até mesmo, chegaram a prejudicar suas necessidades, bem como ameaçar a sua própria existência (Imperiano, 2012).

Muitas vezes o homem se vê como um elemento estranho à natureza, entretanto “a população humana é parte integrante de uma população pertencente a um ecossistema particular, que vive dentro de uma comunidade, ou seja, dentro de um determinado habitat e como tal está submetido as leis que regem a natureza” (W. Haber, 1981 *apud* Lago & Padua, 1985).

Até meados do século XX, os resíduos resultantes das atividades antrópicas eram essencialmente orgânicos e, portanto, suscetíveis de serem degradados pelos agentes biológicos de decomposição (bactérias e fungos) da matéria orgânica e de sua consequente transformação em matéria inorgânica (Imperiano, 2011 e 2012).

Com a crescente industrialização pós Segunda Guerra Mundial, a indústria espalhou sobre o planeta produtos e materiais mais resistentes à decomposição natural, como o plástico e as resinas sintéticas. Assim, atualmente o problema dos resíduos sólidos gerados pelas atividades humanas tornou-se extremamente sério, requerendo investimentos e políticas públicas crescentes para solucionar tais problemas (Imperiano, 2011 e 2012).

O crescimento industrial desenfreado e o progresso econômico a qualquer custo foram a ordem que predominava nos negócios nos países do chamado "primeiro mundo". O uso cada vez maior da tecnologia exercia – e continua a exercer –

uma pressão intensa sobre os recursos naturais que pareciam inesgotáveis, segundo o pensamento antropocêntrico dominante na década de 60/70 do século passado (Imperiano, 2011).

DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CRISE AMBIENTAL GLOBAL

A problemática ambiental, vivenciada nos dias atuais pelo mundo civilizado, está intimamente ligada ao tipo de política econômica desenvolvida pelas nações do mundo, por mais estranho que nos pareça.

Segundo observa Negret (1994), a problemática ambiental tem profundas raízes na economia convencional, citamos:

As origens da problemática ambiental têm profundas raízes nos princípios fundamentais da economia convencional ao considerar como “Deseconomias” ou “Externalidades da Economia” os efeitos no meio ambiente ocasionado pelos projetos de desenvolvimento. A economia, externalizou das suas contas simplórias, injustas, nem sequer humanísticas, tudo o que não aquece o mercado, tudo o que não seja produção e consumo, tudo o que não implique ganância econômica (Negret, 1994).

A intervenção da sociedade humana e de seu modelo de desenvolvimento econômico têm sido tão intensa sobre o Planeta que a Sociedade Geográfica Britânica defende Era geológica do Antropoceno atestando como a era de domínio da raça humana sobre a Terra.

O desenvolvimento apregoado com fundamento no crescimento ilimitado, estimulado pelos países do hemisfério norte, encontrou adeptos nos países subdesenvolvidos como se fosse a panaceia para todas as “patologias” socioeconômicas resultantes da condição subdesenvolvida, em detrimento ao meio ambiente e da conservação ambiental.

A questão ambiental vem sendo tratada, dentro do pensamento econômico, no âmbito da microeconomia, segundo Merico (1996) afirma:

O meio ambiente tem sido tratado, dentro do pensamento econômico, no âmbito da microeconomia. O que se busca é internalizar no preço de um produto os custos dos efeitos ambientais externos da produção, fazendo com que o preço final reflita a degradação do ambiente. Essa internalização dos custos ambientais é um problema microeconômico e seria desejável que fosse largamente adotado o que não acontece na realidade. De qualquer modo, a microeconomia, com regra, se ocupa da análise custo/benefício de uma atividade localizada, definindo a escala ótima de produção, em que qualquer aumento nos custos marginais traga uma diminuição dos benefícios marginais (Merico, 1996).

Por sua vez, o Ramos et. al. (2011), analisando as consequências da falta da internalização das externalidades econômicas, assim se pronuncia:

A falta de internalização das externalidades (ou seja, a não valoração e não contabilização dos impactos socioambientais negativos nos preços de bens e serviços) reforçam a equação básica de custos de produção baixos combinados com lucro elevado. Do mesmo modo, a transformação de bens comuns em mercadorias – por exemplo, a compra e venda de espaço na atmosfera por meio do mercado de emissões de carbono – é vista por alguns movimentos sociais e ambientalistas não como a forma de gestão de um patrimônio natural, mas como meio de criação de novos mercados e mercadorias, passíveis de especulação e de apropriação privada, e assim capazes de servir à contínua acumulação capitalista (Ramos et. al., 2011).

Conforme analisou Imperiano (2012 e 2014), o modelo econômico adotado pelos países em desenvolvimento tornou-se num dogma para sair da condição subdesenvolvida, citamos:

O modelo econômico adotado pelos países em desenvolvimento, notadamente localizados no hemisfério sul, fincado no crescimento ilimitado e industrialização desenfreada tornou-se quase em um dogma ou até mesmo numa obsessão para sair da condição de subdesenvolvimento. Ocorre que com a aplicação prática do modelo econômico desenvolvimentista, a civilização humana tem colhido nos últimos sessenta anos diversos problemas ambientais, dentre os quais destacamos: a) Poluição generalizada dos recursos hídricos e do ar; b) Desertificação; c) Extinção de espécies vegetais e animais; d) Morte de rios e lagos; e) Contaminação do lençol freático; f) Erosão das mais variadas formas; g) Destruição da camada de ozônio; h) Mudanças climáticas; i) Derretimento das calotas polares; j) Desmatamento; k) Perda de solo agricultável etc. Isso sem falar nas várias catástrofes ecológicas e outros impactos ambientais. O crescimento da população humana, os avanços da industrialização, as atividades agrícolas degradadoras, uma exploração excessiva e irracional das terras e dos mares, obrigam a sociedade humana a recorrer incessantemente a novos ambientes e a novas fronteiras, os quais antes da ocupação humana intensiva permaneciam intactos ou apenas ligeiramente modificados. É certo que a perda ou destruição dos ecossistemas naturais causam desequilíbrios nos ecossistemas que os cercam, sem falar, que eles levam décadas para se recompor. Isto leva-nos a crer que este modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países em desenvolvimento, tem sem sombra de dúvida, uma essência antiecológica (Imperiano, 2012 e 2014).

Conforme analisa Scotto et. al., 2010, a ideia de desenvolvimento, compreendido como a possibilidade de progresso e crescimento ilimitado, se constituiu como um dos pilares da sociedade industrial ocidental após a Segunda Guerra Mundial:

A ideia de desenvolvimento, compreendido como a possibilidade de progresso e crescimento ilimitado, se constituiu como um dos pilares da sociedade industrial ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, as noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento e modernização formaram o coração do sistema de ideias que conduziu a política internacional no bloco dos países capitalistas do Ocidente. O desenvolvimento foi então identificado com o crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social. Um modo de vida desenvolvido ou “moderno” foi estabelecido como um caminho evolutivo, linear e inevitável a ser trilhado pelas sociedades subdesenvolvidas para superação da pobreza ou atraso (Scotto et. al., 2010).

O mais irônico da utilização exagerada dos recursos naturais (biodiversidade, água doce, solos e minerais), os quais são essenciais ao desenvolvimento econômico desta civilização e sustentam a economia e a sobrevivência da espécie humana. Porém, a degradação dos recursos naturais não é computada na conta da contabilidade das economias de mercado, aliado aos insustentáveis padrões de produção e consumos atuais (Imperiano, 2011 e 2013).

A globalização da economia trouxe um preço ambiental terrível para todos os povos, isso sem falar nas várias catástrofes ecológicas, acompanhada de uma crise financeira, de uma crise na alimentação, de uma crise no clima do Planeta, que está afetando a todos os seres humanos e as demais espécies (Imperiano, 2013 e 2014; Ramos, et. al., 2011).

A consciência de que a crise ambiental é global, leva à necessidade de respostas planetárias. Assim, torna-se cada vez mais evidente que as nações não podem responder isoladamente aos seus atuais desafios ecológicos (Simonetti, 2011).

Contudo, este modelo econômico praticado na atualidade começa a esbarrar na escassez de recursos naturais que fornecem energia e matérias-primas para sua autoalimentação, devido justamente à utilização e exploração excessiva dos recursos naturais, energia esta obtida por meio da exploração dos recursos naturais não renováveis (petróleo, carvão mineral e gás natural) e em menor escala dos renováveis.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (2023), a partir de dados da Agência Internacional de Energia (*IEA, sigla em inglês*), o mundo continua dependendo dos combustíveis fósseis (petróleo e gás natural 53,1%; carvão mineral 27%), os quais contribuem com 80,1% na matriz energética mundial. Por sua vez, as fontes renováveis contribuem na matriz energética mundial com 20% (energia solar e eólica 3,1%; hidroelétrica 2,5%; outras fontes 14,4%).

Portanto, está cada vez mais evidenciado que a capacidade de suporte do uso dos recursos naturais do Planeta Terra é limitada, não suportando a crescente demanda que a atual civilização está impondo a estes recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento adotado pela grande maioria dos países do Planeta provou, ao longo das seis últimas décadas, ser pouco sustentável.

Nesse diapasão comungamos do pensamento de Belinky et.al. (2012), quando afirma que precisamos de *“uma economia que reconheça o valor da natureza, de mecanismos para medir o quão distantes estamos dos limites sociais e ambientais e que, combinados com uma governança efetiva e democrática, promovam a prosperidade e o bem viver, no espaço potencialmente seguro e justo que dispomos”*.

Conforme apregoa o douto Ignacy Sachs (2012) a humanidade necessita definir estratégias globais para o desenvolvimento, citamos:

Mais do que nunca, a humanidade enfrenta a necessidade de definir estratégias globais de desenvolvimento capazes de responder simultaneamente ao duplo desafio das mudanças climáticas potencialmente deletérias para a sobrevivência da nossa espécie, sem se descuidar das enormes disparidades sociais que prevalecem ainda no nosso planeta. Devemos, portanto, nos esforçar por reduzir as emissões dos gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento do nosso planeta, sem renunciar no imediato ao crescimento econômico, condição *sine qua non* para levar adiante políticas de redistribuição de emprego e renda (Sachs, 2012).

Defendemos que há uma necessidade de a civilização atual buscar consumir sustentavelmente. Isso significa consumir melhor e menos, reduzindo o consumo pessoal, devendo ser levado em consideração no momento de consumir algum produto os impactos ambientais, sociais e econômicos que o produto causa ao meio ambiente.

O consumo sustentável implica em nós, consumidores, adquirir o necessário, buscando colocar em prática a política de Reduzir, Reutilizar e Reciclar, devendo estabelecer um controle pessoal no consumo de água e de energia elétrica como forma de contribuir para diminuir o desperdício dos recursos naturais.

Assim, entendemos que a problemática ambiental, a partir desta terceira década do século XXI, não pode ser tratada apenas em termos teóricos e nos gabinetes governamentais, deve-se procurar incluir o cidadão comum no debate ambiental que possa fazer acontecer ações efetivas voltadas para implementar uma economia verde.

Referências

BELINKY, ARON; BORN, RUBENS; GONÇALVES, B. C.; VIOLINI, F.; FERRONI, G.; BEST, NINA & CUNHA; PILAR. **Diálogos nacionais sobre economia verde: reflexões e propostas para ação**. São Paulo: Vitae Civilis, 2012, 16 p.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Matriz energética e elétrica**. (2023), Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em 11.12.2024.

IMPERIANO, BOISBAUDRAN DE O. **Direito e gestão ambiental: o que as empresas devem saber**, 2 ed. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2011.

IMPERIANO, BOISBAUDRAN DE O. **Direito, auditoria e instrumentos de gestão ambiental**. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2012.

IMPERIANO, BOISBAUDRAN DE O. **Direito ambiental: concursos e exames**. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2013.

IMPERIANO, BOISBAUDRAN DE O. **Da questão ambiental e do modelo econômico**. p. 273-292. In: SEABRA, GIOVANNI DE F. (Org.). Terra: agricultura familiar, natureza e segurança alimentar. Ituiutaba: Barlavento, 2014, 308 p.

LAGO, A. e PÁDUA, J. A. **O que é ecologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, 109 p.

MERICO, LUIZ F. K. **Introdução à Economia Ecológica**. Blumenau: Editora da FURB, 1996, 160 p.

NEGRET, RAFAEL. **Na trilha do desenvolvimento sustentável: ecologia, natureza e sociedade**. Brasília: Instituto Transdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável, 1994, 260 p.

RAMOS, ADRIANA; BELINKY, ARON & BORN, RUBENS H. **Radar rio+20: por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável**. São Paulo: FGV, ISA e VITA CIVILIS, 2011, 44 p.



SACHS, IGNACY. **Planejar é preciso**. In: Revista Página 22, Edição Especial Rio+20, N.º 64, jun/2012, São Paulo: FGV, p. 35.

SCOTTO, GABRIELA; CARVALHO, ISABEL C. DE MOURA & GUIMARÃES, LEANDRO BELINASSO. **Desenvolvimento sustentável**, 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010, 107 p.

SIMONETTI, MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO (Organizadora). **A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. 206 p.